



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRMA)**

**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

**DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA)**

**Nº 403/2025**

**DATA DO REQUERIMENTO: 22/12/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRMA), com base na legislação ambiental Nº 4.224/15, 4.619/2019 e demais normas pertinentes expede a presente Autorização Ambiental (AA).

<b>1- Empreendimento</b> EMPREENDIMENTOS VIÁRIOS	<b>2 – Razão Social</b> MUNICIPIO DE GARANHUNS	<b>3 – Nome Fantasia</b> GARANHUNS GABINETE PREFEITO
<b>4 – CNPJ/CPF</b> 11.303.906/0001-00	<b>5 – Endereço</b> Avenida Santo Antônio, 216, Santo Antônio, Garanhuns – PE	<b>6 – CEP</b> 55.293-000
<b>7 – Telefone</b> (87) 3762-7000	<b>8 – RG</b>	

**9 – Caracterização do Empreendimento:**

O empreendimento enquadra-se na Tipologia de Empreendimentos Viários, do anexo I da Lei Municipal Nº 4.224/2015 e anexo Único da Resolução CONSEMA/PE nº 01/2018, referente a Implantação e pavimentação de ruas. Porte ESPECIAL e Potencial Poluidor MÉDIO. Esta licença autoriza a pavimentação das seguintes ruas mencionadas, a seguir:

**BOA VISTA:**

1. Rua Joseval Vicente da Silva (5.052,83 m²)
2. Rua Deocleciano Soares da Rocha (4.123,32 m²)
3. Travessa Restauração Pernambucana (841,2 m²)
4. Rua Oscar Jacinto Godoy (2.680,18 m²)
5. Rua Restauração Pernambucana (518,31 m²)
6. Avenida Humberto de Melo Granja (1.547,93 m²)
7. Rua dos Farrapos (1.517,49 m²)
8. Travessa 01 (194,84 m²)
9. Travessa Deocleciano (235,58 m²)
10. Travessa Rio de Janeiro (307,45 m²)

**HELIÓPOLIS:**

1. Rua Escritor Mário Quintana - Trecho 1 (337,34 m²)
2. Rua Escritor Mário Quintana - Trecho 2 (387,18 m²)
3. Travessa Dos Emboabas - Trecho 1 (421,89 m²)
4. Travessa Dos Emboabas - Trecho 2 (255,72 m²)

**NOVO HELIÓPOLIS**

1. Rua Ananias Calado (601,25 m²)
2. Rua Projetada (193,2 m²)

**DOM THIAGO POSTMAN:**

1. Rua Geraldo Silva (771,2 m²)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRMA)**

**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

**DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA)**

**Nº 403/2025**

**DATA DO REQUERIMENTO: 22/12/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRMA), com base na legislação ambiental Nº 4.224/15, 4.619/2019 e demais normas pertinentes expede a presente Autorização Ambiental (AA).

<b>1- Empreendimento</b> EMPREENHIMENTOS VIÁRIOS	<b>2 – Razão Social</b> MUNICIPIO DE GARANHUNS	<b>3 – Nome Fantasia</b> GARANHUNS GABINETE PREFEITO
<b>4 – CNPJ/CPF</b> 11.303.906/0001-00	<b>5 – Endereço</b> Avenida Santo Antônio, 216, Santo Antônio, Garanhuns – PE	<b>6 – CEP</b> 55.293-000
<b>7 – Telefone</b> (87) 3762-7000	<b>8 – RG</b>	

**SÃO JOSÉ:**

1. Rua Fernando de Noronha (507,46 m²)

**DOM HELDER CÂMARA:**

1. Rua Projetada (677,19 m²)
2. Rua Professor José Geceraldo Teixeira Costa (1.487,74 m²)
3. Rua Projetada (Trecho) (409,8 m²)
4. Estrada de acesso a São Pedro (Trecho) (833,33 m²)

**SEVERIANO MORAES FILHO:**

1. Travessa 01 (375,81 m²)
2. Travessa 02 (444,21 m²)
3. Rua Marta de Abreu (81,86 m²)

**10– Exigências:**

1. Executar de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia apresentado, ficando proibida a expansão dessa área sem prévia anuência da SDRMA;
2. A ocupação deverá ser feita de modo a preservar o máximo possível o escoamento natural das águas evitando a possibilidade de estagnações, alterações prejudiciais aos recursos hídricos, ao solo etc.;
3. O projeto de sinalização deverá ser elaborado de forma que esteja em consonância com as diversas atividades presentes, além de, atender a dois princípios gerais, como: o máximo de segurança para os veículos, pedestres e trabalhadores e o mínimo de inconveniência para o público;
4. Manter sempre úmidos os caminhos e desvios, de modo a evitar o levantamento de poeira;
5. Deverão ser adotadas soluções técnicas adequadas à perfeita drenagem das águas superficiais de forma a proteger as vias e as áreas a serem construídas dos processos erosivos;
6. Fica terminantemente proibido vedar, aterrar ou impedir de alguma forma, a passagem natural das águas dos drenos naturais intermitentes ou perenes na referida área;
7. Implantar sinalização nas áreas próximas à obra, de maneira a garantir a segurança da população;
8. A instalação do canteiro de obras deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente;
9. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente as águas servidas e/ou resíduos provenientes da manutenção (óleo, graxas etc.) dos equipamentos, sem tratamento adequado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRMA)**

**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

**DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA)**

**Nº 403/2025**

**DATA DO REQUERIMENTO: 22/12/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRMA), com base na legislação ambiental Nº 4.224/15, 4.619/2019 e demais normas pertinentes expede a presente Autorização Ambiental (AA).

**1- Empreendimento**  
EMPREENHIMENTOS  
VIÁRIOS

**2 – Razão Social**  
MUNICIPIO DE GARANHUNS

**3 – Nome Fantasia**  
GARANHUNS GABINETE PREFEITO

**4 – CNPJ/CPF**  
11.303.906/0001-00

**5 – Endereço**  
Avenida Santo Antônio, 216, Santo Antônio, Garanhuns –  
PE

**6 – CEP**  
55.293-000

**7 – Telefone**  
(87) 3762-7000

**8 – RG**

**10– Exigências: (Continuação)**

10. Caso sejam utilizadas usinas asfálticas, associadas ou não ao canteiro de obras, devem ser obedecidas as recomendações de controle ambiental definidas no projeto Controle Ambiental de Obras, apresentando cópia da L.O.;
11. A coleta e destinação final dos resíduos apenas deverão ser realizadas por empresas licenciadas ambientalmente.

**11 – Requisitos:**

1. A obra deverá ser realizada de acordo com as normas da ABNT e o que recomenda as Normas Brasileiras, sendo sua execução de inteira responsabilidade do empreendedor e da empresa contratada;
2. A vegetação nativa é protegida pela Lei Federal de nº. 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da SDRMA;
3. Caso identificada a necessidade de supressão de vegetação, solicitar previamente à SDRMA a respectiva autorização;
4. Deverá ser respeitado o nível de intensidade de sons ou ruídos, de acordo com a Lei Municipal nº 4.224/2015 e, Normas NBR 10.151, 10.152 e Resolução CONAMA 01/1990;
5. A empresa deverá seguir os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº, 12.305/10, Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº, 14.236/10 e da Resolução CONAMA 307/2022, além das demais legislações vigentes e pertinentes à questão de resíduos sólidos;
6. O empreendimento deve estar de acordo com a legislação municipal no que diz respeito as diretrizes de uso e ocupação do solo contido no Plano Diretor ou anuência municipal;
7. O empreendimento deverá cumprir as exigências previstas na Lei Municipal Nº 4.619/2019 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e infrações administrativas;
8. A presente Autorização Ambiental deverá ser afixada em lugar visível no canteiro de obra, sob as penas da lei;
9. O não atendimento as exigências e prazos implicará na perda de validade da presente Autorização Ambiental.
10. Os elementos técnicos fornecidos pelo projetista, mesmo aceitos pela SDRMA, serão de inteira responsabilidade do informante ou da entidade expedidora.

**12 – Observação:**

1. A presente autorização fundamenta-se no traçado gráfico dos limites da propriedade apresentado, não implicando por parte da SDRMA no reconhecimento da veracidade do levantamento, nem do direito de propriedade;
2. O empreendedor é responsável civil, penal e administrativamente pelos danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer parte da presente licença;
3. Fica o empreendedor responsável pela integridade física das edificações na área de influência do empreendimento;
4. A presente Autorização está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação federal, estadual ou municipal;
5. Em caso de acidentes, a empresa deverá tomar as medidas necessárias, a fim de evitar danos ambientais e informar imediatamente a SDRMA;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE (SDRMA)**

**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

**DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA)**

**Nº 403/2025**

**DATA DO REQUERIMENTO: 22/12/2025**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRMA), com base na legislação ambiental Nº 4.224/15, 4.619/2019 e demais normas pertinentes expede a presente Autorização Ambiental (AA).

<b>1- Empreendimento</b> EMPREENDIMENTOS VIÁRIOS	<b>2 – Razão Social</b> MUNICIPIO DE GARANHUNS	<b>3 – Nome Fantasia</b> GARANHUNS GABINETE PREFEITO
<b>4 – CNPJ/CPF</b> 11.303.906/0001-00	<b>5 – Endereço</b> Avenida Santo Antônio, 216, Santo Antônio, Garanhuns – PE	<b>6 – CEP</b> 55.293-000
<b>7 – Telefone</b> (87) 3762-7000	<b>8 – RG</b>	

**12 – Observação: (Continuação)**

6. Quaisquer problemas que vier a ocorrer devido reclamações da comunidade vizinha ao empreendimento, deverá ser sanada em caráter de urgência, de acordo com a Legislação Ambiental;
7. A concessão da presente Autorização não impedirá que a SDRMA venha exigir a adoção de medidas corretivas, desde que necessárias, de acordo com a Legislação de Controle Ambiental vigente;
8. A SDRMA, mediante decisão motivada, poderá, a qualquer tempo, modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação do empreendimento, suspender ou cancelar a licença expedida, quando ocorrer:
- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou infrações a normas legais;
  - II. Superveniência de graves riscos ambientais ou à saúde;
  - III. Alteração da destinação socioeconômica do empreendimento;
9. A renovação das licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SDRMA).
10. O não atendimento as exigências e prazos implicará na perda da validade da presente Licença.
11. Solicitações de licença prévia/autorização de obras de drenagem e/ou esgotamento sanitário são de competência do órgão ambiental estadual.

<b>13 – DATA DE EMISSÃO:</b>	<b>14 – VALIDADE DA LICENÇA:</b>	<b>15 – RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE:</b>
23/12/2025	23/12/2026	

**16 – AUTORIDADE AMBIENTAL:**